

CAPÍTULO 7

princípios gerais da avaliação da linguagem escrita

Ana Luiza Gomes Pinto Navas

Maria Thereza Mazorra dos Santos

INTRODUÇÃO



Quando uma criança, jovem ou adulto tem queixa de dificuldades de aprendizagem, de leitura ou escrita deve-se iniciar o processo de caracterização dessa queixa pela anamnese, para em seguida fazer avaliação completa e criteriosa. Este capítulo discutirá os princípios essenciais da avaliação de linguagem oral e escrita, bem como das habilidades e funções cognitivas subjacentes dos transtornos de linguagem escrita.

A anamnese deve ser detalhada, incluir aspectos do desenvolvimento de linguagem oral e sobretudo uma descrição das experiências educacionais da criança. Informações sobre o tipo de escola, reprovações etc. podem ajudar a entender a relação do estudante com o ambiente escolar e seu desempenho. Se o estudante participar da anamnese com os pais, as perguntas de identificação pessoal podem ser feitas diretamente a ele. Caso o estudante não tenha participado da anamnese juntamente com os pais ou responsáveis, antes de começar a aplicação formal de provas ou testes pode ser feita uma pequena anamnese com ele. Perguntam-se dados de identificação, como nome completo, endereço, data de nascimento, nome da escola, série, como se chama a professora, os melhores amigos, do que mais gosta na escola, do que não gosta na escola, se gosta de ler, do que gosta de brincar, do que não gosta de brincar. Dessa forma, pode-se avaliar a sua habilidade de comunicação oral, seu conhecimento das informações pessoais e, portanto, seu grau de independência e maturidade. Junto com as perguntas, explica-se o que se vai fazer, esclarece que sabe que ele está com algumas dificuldades, por isso é preciso conhecê-lo melhor para poder ajudá-lo, procurando tranquilizá-lo.

O processo de avaliação é essencial para se alcançar um diagnóstico preciso, para servir de base para a elaboração de um planejamento terapêutico e de adaptação educacional para crianças e jovens com as mais diversas queixas relacionadas à aprendizagem.

A descrição do desempenho de leitura e escrita deve basear-se em mais de uma fonte de informação, ou seja, como em um quebra-cabeça, cada peça incorporada ao quadro traz mais detalhes e maior precisão do comportamento de linguagem oral e escrita. Para tanto, devem ser utilizados instrumentos, protocolos, testes formais e padronizados quando disponíveis, mas também podem ser utilizadas provas isoladas que trazem informações importantes sobre as habilidades específicas.

Considerando-se que o português brasileiro é um idioma de ortografia quase transparente, a leitura ou a escrita de palavras pode ser alcançada com certa precisão, mas é no tempo de execução da tarefa que a dificuldade pode ser identificada. Sendo assim, é de suma importância registrar o tempo de execução das provas para a avaliação da leitura e da escrita (Alcock et al., 2000). Para facilitar, recomenda-se gravar em áudio ou filmar o momento da avaliação para que posteriormente possa ser feita a transcrição e analisadas as respostas do avaliado.

A escolha dos estímulos para cada prova é de suma importância, não somente pelas características da transparência de ortografia já descritas para o português brasileiro, mas também porque deve-se considerar a complexidade da estrutura sintática de uma sentença ou texto, a frequência e o tamanho das palavras, para citar alguns exemplos.

Um estudo com escolares falantes do português brasileiro investigou a fluência de leitura com textos de palavras longas e curtas, e textos com estrutura morfossintática complexa e simples. O estudo mostrou que houve diferenças na taxa de leitura medida em palavras por minuto, com a escolaridade, e a leitura foi mais rápida nos textos com palavras curtas comparada à leitura do texto com palavras longas, assim como no texto com estrutura sintática simples em comparação à estrutura mais complexa (Dellisa e Navas, 2013).

Em relação aos transtornos de aprendizagem, no processo de avaliação devem ser consideradas as diferenças intraindividuais, a variação nos graus de severidade e a necessidade ou não de acomodação e instrução especializada.

Após a realização da avaliação e integração dos achados deve-se compilar essas informações para elaborar um relatório. Esse relatório de avaliação deve ser concebido com foco no público-alvo: professor (escola), família ou profissional da área da saúde (médico, psicólogo etc.). Deve-se fornecer informações precisas e objetivas, mas sempre pensando na utilidade do relatório. Por exemplo: não há por que utilizar termos demasiadamente técnicos para um relatório direcionado à escola, mas ele deve conter informações suficientes para auxiliar o professor em sala de aula a individualizar a atenção para aquele estudante, pensando em suas limitações e habilidades em relação ao desempenho escolar. Sempre que necessário, deve-se exemplificar a produção do aluno para ficar mais claro a quem for ler o relatório.

AValiação DE Linguagem Oral

A avaliação de linguagem oral é parte essencial para o diagnóstico nos casos em que há dificuldades de linguagem escrita (TLE). A caracterização do desempenho em linguagem deve incluir os níveis fonológico e semântico, e o conhecimento de relações morfossintáticas e função pragmática.

Uma conversa espontânea ou entrevista dirigida com criança, jovem ou adulto com queixa de TLE é o primeiro passo para a caracterização da comunicação oral. Será importante para o diagnóstico investigar se as dificuldades na escrita e leitura são decorrentes de transtornos de linguagem oral, como já mencionado em outros capítulos.

Apesar de não termos, no Brasil, muitos testes e provas padronizados para a avaliação de linguagem oral, é importante que se avaliem a recepção e a compreensão, a produção e a elaboração oral.

A avaliação da linguagem oral pode começar pela aplicação do teste de avaliação de linguagem infantil – ABFW (Andrade et al., 2000), com as provas de fonologia, nomeação e imitação, para posterior análise da ocorrência, caracterização dos processos fonológicos presentes e registros nos protocolos.

Em seguida, a prova de vocabulário pode sempre ser aplicada. Embora seja padronizada para a população brasileira até seis anos de idade,

de, pode fornecer também informações interessantes dos alunos mais velhos em relação às dificuldades de acesso lexical, caso eles demorem a nomear as figuras ou produzam muitos processos de substituição (PS), diminuindo o número de designação por vocábulo usual (DVU). Registros nos protocolos permitem análise quantitativa importante. Utilizando o ABFW, Santos e Befi-Lopes (2012) comprovaram que alunos do 4º ano do ensino fundamental com melhor vocabulário foram os que produziram melhores redações em sua pesquisa.

Para a avaliação de vocabulário, pode-se utilizar, ainda, o Teste Infantil de Nomeação (Seabra et al., 2012), padronizado para a faixa etária de 3 a 14 anos.

A avaliação do conhecimento sintático pode ser feita estimando a percepção e a compreensão de sentenças relacionadas com as noções temporoespaciais, como "em cima de", "embaixo de", "ao lado de", "antes", "depois" etc., com apoio de figuras. Por exemplo: "Mostre a figura do carro na frente do caminhão", "Mostre a figura do caminhão atrás do carro". Igualmente com os aspectos cognitivos da linguagem, como a capacidade de categorização semântica, ou seja: dadas quatro palavras oralmente, a criança deve escolher qual não combina com as outras e explicar por que não combina. Por exemplo: *carro – avião – cachorro – navio*; qual não combina? Cachorro, porque é um animal, e as outras são meios de transporte. Essa categorização semântica deve ser gradativamente mais difícil de acordo com a faixa etária (Braz e Pellicciotti, 1988).

Outra forma de avaliar a linguagem oral é por meio da complementação de sentenças de final aberto ditas oralmente pelo avaliador. Por exemplo: "Paulo chegou atrasado na escola porque _____." Ou: "Queria muito viajar nas férias, mas _____." Também com complexidade crescente. Finalmente, a definição de palavras concretas e algumas mais abstratas. "O que é copo?" "Copo é um objeto que pode ser de vidro ou material descartável, que serve para colocar líquidos para a gente beber." (Braz e Pellicciotti, 1988.) Esse tipo de tarefa dá muitas informações sobre a competência linguística da criança ou adolescente com queixa de problema de leitura e escrita, que, muitas vezes, apesar de não ter problemas de fala, pode apresentar problemas sutis de linguagem que vão interferir na compreensão da leitura e elaboração escrita.

AValiação DE Linguagem Escrita

Assim como na linguagem oral, para a avaliação da linguagem escrita deve-se considerar as várias unidades linguísticas, desde as letras até os textos, bem como é importante analisar tanto o processo de decodificação (leitura) como a codificação (escrita).

Não há uma ordem a ser seguida. O importante é ter em mente que uma prova complementa a outra e que todos os processos envolvidos para o sucesso da leitura e da escrita devem ser contemplados.

- Letras: reconhecimento visual e codificação gráfica.
- Palavras e pseudopalavras: leitura e escrita (acurácia e tempo).
- Sentenças: leitura (acurácia e fluência) e elaboração.
- Textos: fluência e compreensão, elaboração.

Há alguns instrumentos disponíveis comercialmente que incluem provas que avaliam diferentes níveis de desempenho, com letras, palavras, sentenças e textos, como veremos a seguir.

O PROLEC (Capellini et al., 2010) é uma prova de leitura organizada em quatro blocos que correspondem a quatro processos:

1. Identificação de letras: nome ou som das letras; identificação de palavras e pseudopalavras iguais ou diferentes.
2. Processos léxicos: decisão léxica, leitura de palavras, leitura de pseudopalavras, leitura de palavras e pseudopalavras misturadas.
3. Processos sintáticos – leitura de sentenças na voz ativa, voz passiva e complemento focado de acordo com a figura correspondente; leitura respeitando sinais de pontuação.
4. Processos semânticos: compreensão de orações e compreensão de textos.

É uma prova de leitura de fácil aplicação, que fornece informações importantes referentes à associação grafema-fonema, pois há a comparação entre a leitura de palavras de alta frequência, baixa frequência e pseudopalavras, e em todas essas categorias podem ser longas e curtas. Avalia também a discriminação visual, na tarefa de palavra e pseu-

dopalavra igual/diferente. Além disso, avalia a compreensão de sentenças e pequenos textos. O registro é feito em protocolo específico com os escores padronizados para alunos do 2º ao 5º ano do ensino fundamental.

A avaliação da compreensão leitora de textos expositivos (Saraiva et al., 2006) consiste em 16 textos expositivos, dois por série, desde o 3º ano do ensino fundamental até o ensino médio, incluindo dois para adultos. Os textos têm número de palavras crescente à medida que as séries vão avançando. Também entre as séries, os tipos de textos são diferentes, variando entre descrição, causa e consequência, problema e solução, comparação e sequência. O manual do aplicador orienta como calcular o número de palavras por minuto, após a gravação da leitura. Um texto é para a leitura oral e o outro para a leitura silenciosa. A comparação entre as duas leituras é muito interessante, pois alguns alunos conseguem extrair mais significado com a leitura silenciosa, mas não é a regra. O protocolo de registro vem com diversas orientações para serem observadas e anotadas pelo aplicador, o que permite análise qualitativa comportamental da leitura.

Vale ressaltar que esse instrumento pode ser utilizado para avaliar a competência de comunicação oral quando é solicitado que o avaliado discorra sobre o que sabe sobre a figura, podendo-se estimar não somente o seu conhecimento sobre o assunto e o vocabulário, mas também a capacidade de elaboração oral. Além disso, o relato da história lida, além de avaliar a capacidade de compreensão de leitura, fornece informações sobre a competência de narrativa oral.

O Teste de Desempenho Escolar – TDE (Stein, 1994) é composto das seguintes provas: leitura de 70 palavras isoladas, escrita de 34 palavras a partir do ditado, realização de operações matemáticas. Para cada resposta correta atribui-se um ponto, sem considerar o tipo de erro ou tempo de execução. Como já mencionado, apesar de o teste não fazer essa recomendação, sugerimos que a leitura das palavras seja cronometrada.

A fluência de leitura pode ser avaliada por prova de leitura silenciosa ou em voz alta de listas de palavras e pseudopalavras ou com diferentes tipos de textos. Navas et al. (2009) sugerem que, para a caracterização da fluência de leitura, devem ser considerados aspectos como taxa (ou velocidade) de leitura, automatização da decodificação (precisão ou acu-

rácia) e adequação da variação de prosódia durante a leitura em voz alta. Outros fatores adicionais na avaliação da fluência são o uso ou não de apoio dos dedos, se há modificação do comportamento de leitura com a repetição da leitura de um mesmo texto e, ainda, a diferença entre a leitura de palavras isoladas, pseudopalavras e texto.

A Tabela 7.1 apresenta os valores de referência de taxa de leitura em voz alta de textos, palavras e pseudopalavras, medida em palavras por minuto (ppm), de acordo com Carvalho (2008).

Tabela 7.1 Valores de referência de taxa de leitura				
Taxa de leitura de texto (ppm)				
	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série
PA	130,3	123,2	111,1	142,8
PU	99	111,9	118,5	126,9
Taxa de leitura de palavras (ppm)				
	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série
PA	57,4	59,4	55,3	61,5
PU	38,2	45,7	55,8	60,1
Taxa de leitura de pseudopalavras (ppm)				
	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série
PA	40,2	40	40,7	40
PU	31,1	34,9	39,3	42,9

PA = escola particular. PU = escola pública.

Em relação à escrita, é importante contemplar tanto a habilidade de codificação, com a avaliação de ortografia em nível de palavras, quanto a competência para a elaboração escrita, que envolve a elaboração de sentenças e textos.

O ditado balanceado – DB (Moojen, 2009) consiste em um ditado de 50 palavras, que fizeram parte de amplo estudo com alunos do Rio Grande do Sul. A autora descreve em seu livro os parâmetros de normalidade para a análise dos tipos de erros apresentados pelo estudante.

Santos e Befi-Lopes (2013) propuseram uma prova de ditado de 10 palavras de alta frequência, 10 de baixa frequência e 10 pseudopalavras, que permitem verificar que tipo de estratégia a criança está usando para escrever, não apenas o tipo de erro. No artigo estão dis-

poníveis os estímulos para o ditado, assim como os critérios de avaliação em relação à média e tipos de erros, para alunos do 4º ano do ensino fundamental.

A avaliação de produção escrita deve ser feita pela elaboração de sentenças a partir de palavras fornecidas e de redação com apoio de uma figura interessante, como personagens, que possa gerar algum conflito e que necessite de alguma ação ou sequência de ações para resolvê-lo (Befi-Lopes e Santos, 2015).

AVALIAÇÃO DE HABILIDADES COMPLEMENTARES

Nomeação rápida

A prova de nomeação automática rápida é usada para estimar a velocidade de acesso lexical para vários tipos de estímulos visuais, como figuras, dígitos, letras e cores (Denckla e Rudel, 1974). São apresentadas pranchas com esses itens dispostos em sequência para nomeação. É registrado o tempo de nomeação para todos os itens da prancha. Rosal (2002) aplicou a prova de nomeação rápida em crianças normais, com idades entre 6,0 e 9,9, e nesse estudo o tempo de nomeação da parte A foi, em média, de 37,0 s para crianças da escola pública e 31,3 s para as de escola privada. Para a parte B, a média do tempo de nomeação foi de 34,0 s na escola pública e 31,9 s na escola privada. O estudo de Simões (2006) investigou o desempenho de crianças de 1ª e 2ª séries na prova de nomeação rápida de cores, objetos, números e letras, e obteve desempenho para a nomeação de objetos por alunos da 1ª série de 52,7 s em escolas públicas e 46,0 s em escolas particulares na parte A. Na parte B, para a mesma série, foram 53,7 s em escolas públicas e 49,1 s em escolas particulares. Os alunos de 2ª série de escolas públicas obtiveram média de tempo de 47,0 s, e os de escolas particulares, 43,1 s na parte A. Na parte B, os alunos de escolas públicas e particulares realizaram a prova em 50,0 s e 43,0 s, respectivamente. Santos e Befi-Lopes (2012) avaliaram alunos de 4º ano do ensino fundamental utilizando as pranchas de nomeação rápida de objetos do CTOPP (Wagner et al., 1999), a mesma utilizada por

Rosal (2002), encontrando média de tempo de 32 s e dois erros, na parte A do teste, e de 33,8 s e 2,8 erros na parte B.

Memória

O teste de fluência verbal (Benton e Hamsher, 1976) avalia a memória semântica, fonológica e livre. O avaliador solicita a evocação, durante o tempo de um minuto, do maior número de itens em modalidade livre ou de uma categoria semântica (p. ex., animais), ou com a pista fonológica (/f/, /a/, /s/).

A memória auditiva imediata pode ser avaliada pela tradicional prova de repetição de sequências de dissílabos, trissílabos e polissílabos, em número crescente de estímulos (Braz e Pellicciotti, 1988).

A memória auditiva imediata de dígitos pode ser avaliada pela tradicional prova de repetição de sequências de dígitos, em número crescente de estímulos (Braz e Pellicciotti, 1988).

Para a avaliação de memória fonológica pode ser utilizado o teste de repetição de pseudopalavras (Santos e Bueno, 2003). É um teste padronizado para a população brasileira de 4 a 10 anos, correlacionado com a memória imediata de dígitos invertida, ou seja, não é necessário aplicar as duas provas. A importância de aplicar a repetição de pseudopalavras é que se está avaliando a memória fonológica operacional. A lista completa de pseudopalavras da prova e os escores para todas as idades são apresentados em Santos e Bueno (2003).

Habilidades metalinguísticas

O PROHMELE – provas de habilidades metalinguísticas e de leitura (Cunha e Capellini, 2009) é um procedimento de avaliação sistematizado, que possibilita caracterizar as habilidades metalinguísticas relacionadas com a aprendizagem da leitura.

O CONFIAS (Moojen et al., 2003) é um instrumento de avaliação da consciência fonológica dividido em níveis silábico e fonêmico. No nível silábico, avalia as habilidades de síntese, segmentação, identificação

de sílaba inicial, identificação de rima, produção de palavra com sílaba dada, identificação de sílaba medial, produção de rima, exclusão e transposição. No nível fonêmico, avalia as habilidades de produção de palavra que inicia com o fonema dado, identificação de fonema inicial, identificação de fonema final, exclusão, síntese, segmentação e transposição.

É um instrumento de fácil aplicação, que, por ter apoio de figuras, minimiza o impacto da memória nas tarefas de identificação silábica e fonêmica. O registro é feito em protocolo específico, e os pontos são computados.

É um instrumento fundamental para a avaliação das dificuldades de leitura e escrita porque as habilidades metalinguísticas estão intimamente relacionadas a problemas de aprendizagem da linguagem escrita.

O instrumento de avaliação da consciência fonoarticulatória (CONFART, Santos et al., 2014) consiste em quatro tarefas:

1. Identificação da imagem fonoarticulatória a partir do som: o avaliador fala um som sem a criança ver e ela deve encontrar a boca correspondente ao som ouvido.
2. Produção do som a partir da imagem fonoarticulatória: a criança vê a foto de uma boca e deve fazer o som correspondente àquela boca.
3. Identificação da imagem fonoarticulatória a partir da palavra: a criança nomeia uma figura e tenta achar a boca do primeiro som do nome daquela figura.
4. Produção de palavra a partir do gesto fonoarticulatório: a criança olha a foto da boca e deve dizer uma palavra que começa com aquele movimento de boca.

Esse instrumento é complementar ao de consciência fonológica e pode dar informações interessantes, como o próprio nome diz, do nível de consciência da criança sobre sua fonoarticulação, importante para o domínio de associação grafema-fonema, como /R/ e /r/, onde se articula um fonema e outro. Dá indicações ao terapeuta sobre se será necessário trabalhar com mais propriocepção quando for estimular a associação

grafema-fonema. Também no caso de crianças respiradoras bucais com DLE, é interessante avaliar sua consciência fonoarticulatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmamos no início deste capítulo, a avaliação da linguagem oral e escrita deve ser feita por meio de diversos instrumentos, porque um complementa o outro, ajudando o clínico a montar o quebra-cabeças do diagnóstico.

O importante é caracterizar claramente as dificuldades de leitura e escrita apresentadas pelo aluno, mas principalmente relacioná-las com as possíveis causas subjacentes, pois somente assim seremos capazes de explicar aos pais ou responsáveis por que a criança está apresentando aquelas dificuldades. Caso contrário, apresentaremos a eles apenas o que já sabem: que ela troca letras, lê mal e não compreende o que lê. A avaliação de linguagem escrita deve ir além disso.

O fonoaudiólogo precisa utilizar todo o seu conhecimento teórico da relação entre a linguagem oral e escrita, dos modelos de aquisição da linguagem escrita e dos transtornos e dificuldades na aprendizagem da linguagem escrita, para o raciocínio diagnóstico no processo de avaliação da linguagem escrita. Em seguida, no *feedback* aos pais ou responsáveis, de modo conciso e simples, relacionar as dificuldades da criança com as causas que puderam ser analisadas, para que eles compreendam a importância da fonoterapia, aumentando a adesão ao tratamento. Além disso, a avaliação de linguagem escrita bem elaborada determinará um processo terapêutico mais individualizado, levando em consideração as particularidades de cada caso.

REFERÊNCIAS

- ALCOCK, K.J.; NOKES, K.; NGOWI, F.; MUSABI, C.; MCGREGOR, S.; MBISE, A. et al. The development of reading tests for use in a regularly spelled language. *Applied Psycholinguistics*, vol. 21, n. 4, p. 525-555, 2000.